



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10443 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT20 - Psicologia da Educação

(Re)leituras da produção do fracasso escolar: uma análise interseccional

Giovanna Marafon - UERJ - FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

### **(RE)LEITURAS DA PRODUÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL**

Este trabalho objetiva apresentar discussões críticas acerca da produção do fracasso escolar. Para isso, propõe (re)leituras do livro “A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia”, de Maria Helena Souza, originalmente publicado em 1987. Parte da importância de realizar o estudo de um clássico da psicologia da educação no Brasil nas disciplinas de ensino de psicologia em cursos de licenciatura e, para isso, problematiza a possibilidade de lançar um olhar de análise para a produção do fracasso escolar que considere marcadores sociais de diferenças e desigualdades, como raça, gênero e deficiência, em intersecção. Vale-se da ferramenta analítica da interseccionalidade como sensibilidade desenvolvida pelas teorias feministas negras, com potencial de intervenção teórica e de ação social e política. Compreende que uma leitura interseccional da produção do fracasso escolar pode contribuir para tornar visíveis e dismantelar os mecanismos de produção do fracasso atravessados por eixos de opressão, como racismo, sexismo e capacitismo.

Este trabalho emerge da atuação como professora universitária no ensino de psicologia da educação para a formação de professoras/es em interface com a pesquisa em psicologia social e educação. O fracasso escolar ser estudado como uma produção não é algo óbvio. Afirmar que o fracasso escolar se constitui por meio de um processo de produção e identificar que fatores concorrem mutuamente para isso é um campo problemático de estudo até o presente, longe de estar esgotado. Por essas razões, o livro da professora Maria Helena Souza Patto, “A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia” ocupa o lugar de um clássico.

Na leitura aqui proposta, é um clássico tanto porque continua com força analítica e oferece referências para a formação docente, sem ter sido esquecido na obsolescência de um mundo de novos livros, quanto porque inspira renovadas análises e problematizações. A maneira original como, no âmbito da psicologia da educação, Patto analisou o entrelaçamento de dimensões macropolíticas e micropolíticas envolvidas na escolarização pública de crianças de classes populares em um bairro periférico na cidade de São Paulo dos anos 1980 (in)forma estudantes e docentes deste país. Vem sendo (re)lido por docentes que se formaram nas décadas anteriores e por estudantes atuais que o leem pela primeira vez.

A proposta do trabalho é, portanto, lançar possibilidades de leitura do livro de Patto (2015) em diálogo com referenciais da interseccionalidade (HILL COLLINS e BILGE, 2021; GESSER, BOCK e MELLO, 2020) para: a) a partir das “quatro histórias de (re)provação escolar”, apresentar elementos que atentem para os marcadores sociais de raça, gênero e deficiência e b) fomentar novas leituras do clássico a partir de uma análise interseccional da produção do fracasso escolar.

### Pensar com a interseccionalidade

A interseccionalidade é um conceito e também uma abordagem teórico-metodológica, uma lente para observar e intervir na realidade. Emergiu de lutas e produções sociais e acadêmicas de pensadoras feministas negras, assim conceituada nos primeiros anos do século XXI nos Estados Unidos, inicialmente com Kimberlé Crenshaw e também com Patricia Hill Collins. No processo de criação e elaboração desse referencial, é importante lembrar a produção de intelectuais brasileiras como Lélia Gonzalez.

A partir das formulações de Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é um referencial que se propõe a investigar como as relações interseccionais de poder atravessam as relações sociais em sociedades com diversidade e desigualdade, e também nas experiências cotidianas de pessoas que vivem nesses contextos. Afirmam as autoras: “Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (COLLINS e BILGE, 2021, 15-16). Isso lança uma maneira de pensar outra, que se contrapõe às convencionais separações e análises excludentes, que se ocupam de ver as categorias sociais de análise de modo isolado. Problemas sociais complexos, como a produção do fracasso escolar, exigem lentes interseccionais.

Assim, pensar com a interseccionalidade é operar para além do registro da desigualdade socioeconômica simplesmente e ultrapassar o uso exclusivo da categoria classe social e a definição de pessoas pobres ou pessoas de classes populares. Quem são essas pessoas? A desigualdade social se aplica da mesma forma a mulheres, travestis e pessoas trans, crianças, idosas/os, indígenas, quilombolas, pessoas negras, pessoas com capacidades diferentes? Qual o pertencimento racial delas? Onde habitam? E qual o enquadramento de gênero? Que funções lhes são atribuídas por práticas discursivas e não discursivas a partir de sua designação de gênero? E como são valoradas suas corporalidades? Como as normas de capacidade compulsória dos corpos agem sobre elas? Que barreiras enfrentam essas pessoas, posicionadas no mundo de maneira diferente em razão de tais categorias? Ainda, mais do que somatório de categorias de análise, a interseccionalidade opera com a análise de sistemas de poder interligados.

Em um país como o Brasil, pensar com a interseccionalidade é dismantelar a história oficial narrada pelo mito da democracia racial, amplamente disseminado por alguns intelectuais do século XX e fortemente incrementado por ações governamentais que incentivaram a migração europeia e a ideologia do branqueamento, enquanto relegavam a um destino de marginalização a população negra no pós-abolição. Contexto que coincide com o desenvolvimento de ideias e práticas psicológicas em escolas e voltadas à seleção de estudantes considerados aptos, assim como a justificar o fracasso de tantos outros. A interseccionalidade também abala as convenções de um feminismo branco-centrado e que

durante muito tempo excluiu de suas análises e pretensões as mulheres de cor.

Igualmente, com Gesser, Block e Mello (2020), a interseccionalidade permite analisar o capacitismo enquanto “tecnologia cultural” que produz discriminação interseccional. De acordo com as autoras, o capacitismo é a forma de discriminação de pessoas por motivo de deficiência e também um eixo de opressão que se intersecciona com outros, como racismo e sexismo. Assim, a análise interseccional se justifica com a incorporação da deficiência entre as categorias analíticas que produzem e potencializam exclusão e discriminação na vida das pessoas, em intersecção com gênero, raça, classe, geração, território, entre outros.

Psicologia da educação e o estudo de um clássico hoje

O livro “A produção do fracasso escolar” foi adotado como referência básica na ementa de uma disciplina obrigatória de psicologia da educação nos cursos de pedagogia e licenciaturas na universidade em questão, em diálogo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação [docente] inicial em nível superior e para a formação continuada (BRASIL, 2015). Embora as referidas DCN’s suscitem mais questões a serem aprofundadas, diante da necessidade de circunscrever a discussão proposta, cabe sinalizar apenas que as Diretrizes apontam repetidas vezes para uma formação que considere “o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial” (p. 1) como um dos princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino. Conta com pelo menos quatro menções explícitas à “diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural”, tanto como princípios de equidade, quanto caminhos para consolidação da educação inclusiva, consciência da diversidade e como diretrizes a serem garantidas nos currículos, incluindo aí a área de fundamentos da educação, na qual se insere a psicologia.

Também cabe mencionar que as DCN’s não explicitam uma vez sequer a deficiência. O termo educação especial aparece seis vezes e a referência a necessidades especiais uma vez, bem como à educação inclusiva. Pela indicação do que deve ser considerado e incluído na formação – diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual - e também pela observação da ausência do que pode estar na formação e no currículo – deficiência – a leitura do livro de Patto (2015) foi atravessada pela inquietação com relação a esses temas no âmbito da psicologia da educação. Como marcadores sociais de raça, gênero e deficiência são apresentados e que discussões suscitam a partir da leitura de “A produção do fracasso escolar”?

Na primeira parte da obra de Patto, o fracasso escolar é apresentado como “objeto de estudo”, o que continua sendo fundamental para uma leitura a contrapelo da história das teorias que subsidiaram as concepções sobre fracasso escolar. Entre elas: teorias inatistas e de determinismo racial (racistas), de determinação hereditária da capacidade de inteligência, com a ideia de normais e anormais, aptos e inaptos e supostas anormalidades orgânicas - base para subsidiar a noção de retardados e bem-dotados, a serem identificados precocemente. Posteriormente, predominaram as teorias culturais, igualmente racistas, mas com foco nas relações familiares e no desenvolvimento infantil, como a teoria da carência cultural.

Patto (2015) teceu considerações importantes ao mostrar o efeito racista e elitista da presença da figura do pesquisador (na época, frequentemente um homem branco) e a influência ignorada na maneira como comportamentos de crianças e famílias foram observados nas pesquisas. Entretanto, no estudo da autora não se encontram referências

que façam pensar a respeito da dominação (pela noção de superioridade conferida pelo racismo), privilégios e vantagens estruturais da branquitude (SCHUCMAN, 2014). Pensar a branquitude como categoria de análise seria colocá-la no centro do olhar para as relações raciais, tomando-a como marcador social e racial de muitos pesquisadores que levaram adiante a disseminação das teorias sobre o fracasso escolar.

Na segunda parte do livro, a autora apresenta a relação da teoria com a pesquisa de campo na escola e apresenta as histórias e as inter-relações vividas por professoras, mães e crianças na escola pública do bairro Jardim Felicidade, e que aproxima quem lê, permitindo sentir os odores que emanam da realidade. Nesse sentido, foi no reparar de histórias de vida “severina”, inspirada pela literatura de João Cabral de Mello Neto, que Patto encontrou “Ângela, Augusto, Nailton e Humberto, ‘beiradeiros’ também na escola”. (PATTO, 2015, p. 195). As quatro crianças foram reprovadas no primeiro ano do ensino fundamental, à época chamado 1ª série. Patto realizou visitas domiciliares às famílias das quatro crianças e entrevistas com duas professoras a respeito das turmas delas, além de diálogos com uma diretora e com a diretora e assistente pedagógica a respeito das concepções de fracasso escolar.

#### Análise interseccional da produção do fracasso escolar

Na pesquisa de Patto (2015), as crianças Angela, Augusto e Nailton receberam da escola o diagnóstico de “deficientes mentais”. A suposição de deficiências nas crianças de classes subalternas, majoritariamente pertencentes à racialização negra, e encaminhadas para a educação especial, como aconteceu na história de Nailton, indica a importância da análise interseccional. Sobre Nailton recaiu a hipótese de uma doença que afetaria a inteligência, foi nomeado pela orientadora educacional como uma criança com dificuldade, com característica de *excepcional*. Encaminhado ao ambulatório de saúde, recebeu diagnóstico psiquiátrico com o uso de medicamentos e o laudo psicológico apontou inteligência abaixo da média, além de comprometimento afetivo-emocional. Mas, nas visitas domiciliares, a pesquisadora observou uma criança cuidadosa, interessada e habilidosa na construção de pipas. Com a análise interseccional, evidencia-se o processo de estar à margem da branquitude e à margem da capacidade corporal compulsória, sob o olhar do déficit. Discussão semelhante feita por pesquisadoras nos Estados Unidos aponta para a super-representação de crianças negras na educação especial (ANNAMMA, FERRI e CONNOR, 2018), o que mostra a interdependência entre racismo e capacitismo. É possível interrogar ainda: como essas produções têm se manifestado atualmente na produção do fracasso escolar?

Das narrativas apresentadas no livro de Patto (2015), este trabalho analisou particularmente aquelas que indicam o pertencimento racial e de gênero das professoras, ao identificar privilégios e discriminações que cada uma vivenciou no exercício profissional, motivados pelo capacitismo, e efeitos para a produção do fracasso escolar; discursos de especialistas sobre as mães das crianças que receberam o rótulo de fracassadas na escola, discursos majoritariamente sexistas, capacitistas e muitas vezes racistas; “fabulações” escolares sobre as crianças que revelam marcas de desigualdades de gênero, raça e fabricação da deficiência como incapacidade para a escolarização.

A análise interseccional da produção do fracasso escolar indicou os processos de opressão interligados por sistemas de poder que precisam ser identificados e desmontados

para gerar experiências escolares satisfatórias. A (re)leitura de um clássico da psicologia da educação pelas lentes da interseccionalidade apresenta um caminho investigativo de multiplicidade para a área, além de atualizar referências e propor outros sentidos para a compreensão da deficiência ao situar o capacitismo como uma categoria interseccional de análise.

Palavras-chave: produção do fracasso escolar; interseccionalidade; racismo; sexismo; capacitismo.

#### Referências

ANNAMMA, S. A.; FERRI, B. A.; CONNOR, D. J. Disability Critical Race Theory: Exploring the Intersectional Lineage, Emergence, and Potential Futures of DisCrit in Education. *Review of Research in Education*, March 2018, Vol. 42, pp. 46–71.

BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: CRV, 2020, p. 17-35.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 4ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Intermeios, 2015.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.